

STF abre Ano Judiciário com defesa de menos carimbos e mais resultados

O Supremo Tribunal Federal abriu, nesta segunda-feira (1º/2), o Ano Judiciário de 2010. A cerimônia foi iniciada com discurso do presidente da Corte, ministro Gilmar Mendes, que relatou avanços do Judiciário em relação à transparência e à modernização.

“O ano de 2009 foi aquele que o Judiciário deparou cara a cara consigo mesmo e, enfim, enfrentou o hercúleo desafio de se conhecer. Em grande medida graças à ação eficiente do Conselho Nacional de Justiça, que *in loco* testemunhou as deficiências ligadas ao serviço público de prestação de Justiça. Puderam-se, portanto, mapear as dificuldades de cada órgão para assim resolvê-las”, iniciou o ministro, após agradecer as presenças dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além de todas as demais autoridades presentes.

Entre os projetos citados, Gilmar Mendes deu destaque para a Meta 2, do CNJ, que impôs aos tribunais o objetivo de julgar em 2009 todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005. Os programas Mutirões Carcerários, Começar de Novo, Advocacia Voluntária e Projeto Integrar, desenvolvidos pelo CNJ em parceria com os tribunais, foram mencionados como iniciativas inovadoras com a modernização da política de gestão estratégica judiciária de nivelamento, com padronização da qualidade dos serviços, com “menos carimbos, mais resultados”.

“Para além da celeridade processual almejada, a formidável mobilização para ‘zerar’ estoques de processos antigos resultou no aumento da transparência em todas as etapas do ofício jurisdicional, o que também possibilitou precisar os gargalos e entraves de toda a ordem, quer material, técnico ou processual. Do conhecimento à autocrítica, da admissão das próprias deficiências à determinada obstinação pelo encontro de soluções definitivas. Este foi o trajeto escolhido pelo Judiciário brasileiro”, afirmou.

Segundo o presidente do STF, a transparência na Justiça brasileira é a mais promissora de todos os tempos. “Daí a valia de se dar publicidade aos atos em que é envolvida a gestão de recursos públicos, a exemplo da execução física dos gastos orçamentários ou da movimentação processual, disponibilizando-se aos cidadãos ferramentas que tornem exequíveis tais acompanhamento e controle”, disse.

Ele citou como exemplos de ações em prol da maior transparência dos atos do Supremo a Central de Atendimento ao Cidadão, o e-STF — que a partir desta segunda-feira torna exclusivo o meio eletrônico para o ajuizamento de seis classes processuais — e a Resolução 102 do CNJ, que obriga os tribunais a publicarem, via Internet, todos os dados relativos à gestão orçamentária e financeira de cada órgão vinculado. “O Judiciário se moderniza não só com os instrumentos eletrônicos, mas também com simples ideias organizacionais”, disse o ministro.

Gilmar Mendes ainda fez referência aos resultados do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado no dia 13 de abril de 2009 pelos presidentes dos três Poderes da República. Foram estabelecidas dez metas nacionais do Judiciário para 2009, no intuito de reduzir desigualdades.

Date Created

01/02/2010